

MANUEL CASTELLS

Redes de indignação e esperança

Movimentos sociais na era da internet

Manuel Castells

Redes de indignação e esperança

Movimentos sociais na era da internet

Tradução:
Carlos Alberto Medeiros

– CAPA EM DESENVOLVIMENTO –



Para Alain Touraine
Meu pai intelectual,
teórico dos movimentos sociais

Sumário

Advertência

Abertura: Articular mentes, criar significado,
contestar o poder

1. Prelúdio à revolução: Onde tudo começou

Tunísia: “A Revolução da Liberdade e da Dignidade”

A Revolução das Panelas na Islândia: do colapso financeiro ao
crowdsourcing de uma nova Constituição

Ventos do sul, ventos do norte: alavancas transculturais de
mudança social

2. A revolução egípcia

Espaço de fluxos e espaço de lugares na revolução egípcia

Reação do Estado à revolução auxiliada pela internet:

a grande desconexão

Onde estavam os manifestantes e em que consistiu o protesto?

Mulheres na revolução

A questão islâmica

“A revolução vai continuar”

Compreendendo a revolução egípcia

3. Dignidade, violência, geopolítica: As insurreições árabes

A violência e o Estado

Uma revolução digital?

4. Uma revolução rizomática: Indignados na Espanha

Um movimento automediado

O que queriam/querem os Indignados?

O discurso do movimento

Reinventando na prática a democracia: um movimento sem líderes, dirigido por assembleias

Da deliberação à ação: a questão da violência

Um movimento político contra o sistema político

Uma revolução rizomática

5. Occupy Wall Street: Extrairdo o sal da terra

A indignação, a tormenta, a faísca

A pradaria em chamas

Um movimento em rede

A democracia direta na prática

Um movimento sem demandas: “O processo é a mensagem”

A violência contra um movimento não violento

O que obteve o movimento?

O sal da terra

6. Transformação do mundo na sociedade em rede

Movimentos sociais em rede: um padrão emergente?

A internet e a cultura da autonomia

Movimentos sociais em rede e política da reforma: um amor impossível?

7. Para além da indignação, a esperança – Vida e morte dos movimentos sociais em rede

Apêndices

Notas

Abertura

Articular mentes, criar significado,
contestar o poder

NINGUÉM ESPERAVA. Num mundo turvado por aflição econômica, cinismo político, vazio cultural e desesperança pessoal, aquilo apenas aconteceu. Subitamente, ditaduras podiam ser derrubadas pelas mãos desarmadas do povo, mesmo que essas mãos estivessem ensanguentadas pelo sacrifício dos que tombaram. Os mágicos das finanças passaram de objetos de inveja pública a alvos do desprezo universal. Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram denunciados. A mídia se tornou suspeita. A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança nada funciona. Sem confiança o contrato social se dissolve, e as pessoas desaparecem, ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência. Entretanto, nas bordas de um mundo que havia chegado ao limite de sua capacidade de propiciar aos seres humanos a faculdade de viver juntos e compartilhar sua vida com a natureza, mais uma vez os indivíduos realmente se uniram para encontrar novas formas de sermos nós, o povo.

De início, eram uns poucos, aos quais se juntaram centenas, depois formaram-se redes de milhares, depois ganharam o apoio de milhões, com suas vozes e sua busca interna de esperança, confusas como eram, ultrapassando as ideologias

e a publicidade para se conectar com as preocupações reais de pessoas reais na experiência humana real que fora reivindicada. Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Uniram-se. E sua união os ajudou a superar o medo, essa emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam para prosperar e se reproduzir, por intimidação ou desestímulo – e quando necessário pela violência pura e simples, seja ela disfarçada ou institucionalmente aplicada. Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais.¹

Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias. Começaram no sul e no norte, na Tunísia e na Islândia, e de lá a centelha acendeu o fogo numa paisagem social diversificada e devastada pela ambição e manipulação em todos os recantos deste planeta azul. Não foram apenas a pobreza, a crise econômica ou a falta de democracia que causaram essa rebelião multifacetada. Evidentemente, todas essas dolorosas manifestações de uma sociedade injusta e de uma comunidade política não democrática estavam pre-

sentes nos protestos. Mas foi basicamente a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural, que uniram aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade melhor. Uma humanidade que tinha de ser reconstruída a partir do zero, escapando das múltiplas armadilhas ideológicas e institucionais que tinham levado inúmeras vezes a becos sem saída, forjando um novo caminho, à medida que o percorria. Era a busca de dignidade em meio ao sofrimento da humilhação – temas recorrentes na maioria dos movimentos.

Movimentos sociais conectados em rede espalharam-se primeiro no mundo árabe e foram confrontados com violência assassina pelas ditaduras locais. Vivenciaram destinos diversos, incluindo vitórias, concessões, massacres repetidos e guerras civis. Outros movimentos ergueram-se contra o gerenciamento equivocado da crise econômica na Europa e nos Estados Unidos, por governos que se colocavam ao lado das elites financeiras responsáveis pela crise à custa de seus cidadãos: Espanha, Grécia, Portugal, Itália (onde mobilizações de mulheres contribuíram para pôr fim à bufa *commedia dell'arte* de Berlusconi), Grã-Bretanha (onde a ocupação de praças e a defesa do setor público por sindicatos e estudantes se deram as mãos) e, com menos intensidade, mas simbolismo semelhante, na maioria dos outros países europeus. Em Israel, um movimento espontâneo com múltiplas demandas tornou-se a maior mobilização de base da história do país, obtendo a satisfação de muitas de suas reivindicações.

Nos Estados Unidos, o movimento Occupy Wall Street, tão espontâneo quanto os outros e igualmente conectado em

redes no ciberespaço e no espaço urbano, tornou-se o evento do ano e afetou a maior parte do país, a ponto de a revista *Time* atribuir ao “Manifestante” o título de personalidade do ano. E o lema dos 99%, cujo bem-estar fora sacrificado em benefício do 1% que controla 23% das riquezas do país, tornou-se tema regular na vida política americana. Em 15 de outubro de 2011, uma rede global de movimentos Occupy, sob a bandeira “Unidos pela Mudança Global”, mobilizou centenas de milhares de pessoas em 951 cidades de 82 países, reivindicando justiça social e democracia verdadeira. Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões.

Este livro busca analisar esses movimentos: formação, dinâmica, valores e perspectivas de transformação social. É uma investigação sobre os movimentos sociais da sociedade em rede, movimentos que, em última instância, farão as sociedades do século XXI, ao se engajarem em práticas conflituosas enraizadas nas contradições fundamentais de nosso mundo. A análise aqui apresentada baseia-se na observação dos movimentos, mas não tentará descrevê-los, nem será capaz de fornecer provas definitivas dos argumentos expostos no texto. Já está disponível uma profusão de informações, artigos, livros, reportagens e arquivos de blogs que podem ser facilmente consultados navegando-se pela internet. É cedo demais para construir uma interpretação sistemática, acadêmica, desses movimentos. Assim, meu propósito é mais limitado: sugerir algumas hipóteses, baseadas na observação, sobre a natureza e as perspectivas dos movimentos sociais em rede, com a esperança de identificar

os novos rumos da mudança social em nossa época e de estimular um debate sobre as implicações práticas (e, em última instância, políticas) dessas hipóteses.

Essa análise tem por base uma teoria fundamentada do poder que apresentei no meu livro *Communication Power* (2009), teoria que fornece substrato para a compreensão dos movimentos aqui estudados.

Parto da premissa de que as relações de poder são constitutivas da sociedade porque os que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses. O poder é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica. As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder, que considero a capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. Todos os sistemas institucionais refletem as relações de poder e seus limites tal como negociados por um interminável processo histórico de conflito e barganha. A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação de poder e contrapoder.

Coerção e intimidação, baseadas no monopólio estatal da capacidade de exercer a violência, são mecanismos essenciais de imposição da vontade dos que controlam as instituições da sociedade. Entretanto, a construção de significado na mente das pessoas é uma fonte de poder mais decisiva e estável. A

forma como as pessoas pensam determina o destino de instituições, normas e valores sobre os quais a sociedade é organizada. Poucos sistemas institucionais podem perdurar baseados unicamente na coerção. Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades. Se a maioria das pessoas pensa de forma contraditória em relação aos valores e normas institucionalizados em leis e regulamentos aplicados pelo Estado, o sistema vai mudar, embora não necessariamente para concretizar as esperanças dos agentes da mudança social. É por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas.

Os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para a sociedade em geral, a principal fonte da produção social de significado é o processo da comunicação socializada. Esta existe no domínio público, para além da comunicação interpessoal. A contínua transformação da tecnologia da comunicação (TI) na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança. O processo de construção de significado caracteriza-se por um grande volume de diversidade. Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia. Embora cada mente humana individual construa seu próprio signifi-

cado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder.

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de auto-comunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas. Além disso, a comunicação digital é multimodal e permite a referência constante a um hipertexto global de informações cujos componentes podem ser remixados pelo ator comunicativo segundo projetos de comunicação específicos. A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. É por isso que os governos têm medo da internet, e é por isso que as grandes empresas têm com ela uma relação de amor e ódio, e tentam obter lucros com ela, ao mesmo tempo que limitam seu potencial de liberdade (por

exemplo, controlando o compartilhamento de arquivos ou as redes com fonte aberta).

Em nossa sociedade, que conceituei como uma sociedade em rede, o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados.² As redes de poder o exercem sobretudo influenciando a mente humana (mas não apenas) mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder.

Por sua vez, as redes de poder em vários domínios da atividade humana constituem redes entre elas próprias. As redes financeiras e as multimídia globais estão intimamente ligadas, e essa metarrede particular detém um poder extraordinário. Mas não todo o poder. A metarrede das finanças e da mídia é ela própria dependente de outras grandes redes, tais como a política, a de produção cultural (que abrange todos os tipos de artefatos culturais, não apenas produtos de comunicação), a militar/de segurança, a rede criminosa e a decisiva rede global de produção e aplicação de ciência, tecnologia e administração do conhecimento. Essas redes não se fundem. Em vez disso, envolvem-se em estratégias de parceria e competição formando redes *ad hoc* em torno de projetos específicos. Mas todas têm um interesse comum: controlar a capacidade de definir as regras e normas da sociedade mediante um sistema político que responde basicamente a seus interesses e valores. É por isso que a rede de poder construída em torno do Estado e do sistema político realmente desempenha papel fundamental no estabelecimento de uma rede geral de poder. Isso porque, em primeiro lugar, a operação estável do sistema, assim como

a reprodução das relações de poder em cada rede, depende, em última instância, das funções de coordenação e regulação do Estado, como ficou demonstrado no colapso dos mercados financeiros em 2008, quando governos foram chamados para efetuar o resgate no mundo todo.

Além disso, é por meio do Estado que diferentes formas de exercício do poder em distintas esferas sociais relacionam-se ao monopólio da violência como a capacidade de, em última instância, impor o poder. Assim, enquanto as redes de comunicação processam a construção de significado em que se baseia o poder, o Estado constitui a rede-padrão para o funcionamento adequado de todas as outras redes de poder.

Assim, de que modo as redes de poder se interconectam, embora preservando sua esfera de ação? Sugiro que o fazem por um mecanismo fundamental de construção do poder na sociedade em rede: a alternância de poder. Trata-se da capacidade de conectar duas ou mais diferentes redes no processo de construir o poder para cada uma delas em seus respectivos campos.

Dessa forma, quem detém o poder na sociedade em rede? Os *programadores* com a capacidade de elaborar cada uma das principais redes de que dependem a vida das pessoas (governo, parlamento, estabelecimento militar e de segurança, finanças, mídia, instituições de ciência e tecnologia etc.). E os *comutadores* que operam as conexões entre diferentes redes (barões da mídia introduzidos na classe política, elites financeiras que bancam elites políticas, elites políticas que se socorrem de instituições financeiras, empresas de mídia interligadas a empresas financeiras, instituições acadêmicas financiadas por grandes empresas etc.).

Se o poder é exercido programando-se e alternando-se redes, então o contrapoder, a tentativa deliberada de alterar as

relações de poder, é desempenhado reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo que se alteram as redes de resistência e mudança social. Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas e aos processos do poder na sociedade em rede. Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças. Elaboram seus projetos compartilhando sua experiência. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá ocupando o veículo e criando a mensagem. Superam a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem.

Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores, criando novas normas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais ofere-

cem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida.

Entretanto, esse é apenas um componente do processo comunicativo pelo qual os movimentos sociais se relacionam com a sociedade em geral. Eles também precisam construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano. Uma vez que o espaço público institucional, o espaço constitucionalmente designado para a deliberação, está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos. Os espaços ocupados têm desempenhado papel importante na história da mudança social, assim como na prática contemporânea, por três motivos básicos:

1. Eles criam uma comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade. A proximidade é um mecanismo psicológico fundamental para superar o medo. E superar o medo é o limiar fundamental que os indivíduos devem ultrapassar para se envolver num movimento social, já que estão bem conscientes de que, em última instância, terão de confrontar a violência caso transgridam as fronteiras estabelecidas pelas elites dominantes para preservar sua dominação. Na história dos movimentos sociais, as barricadas erigidas nas ruas tiveram pouco valor defensivo; na verdade, tornaram-se alvos fáceis, fosse para a artilharia, fosse para as brigadas antidistúrbios, dependendo do contexto. Mas sempre definiram um “dentro e fora”, um “nós versus eles”, de modo que, ao se juntarem a uma área ocupada e desafiarem as normas burocráticas sobre o uso do espaço, outros cidadãos podem

- participar do movimento sem aderir a nenhuma ideologia ou organização, apenas estando lá por suas próprias razões.
2. Os espaços ocupados não carecem de significado: são geralmente carregados do poder simbólico de invadir áreas do poder de Estado ou de instituições financeiras. Ou então, reportando-se à história, evocam memórias de levantes populares que expressaram a vontade dos cidadãos quando outras vias de representação foram fechadas. Frequentemente, prédios são ocupados, seja por seu simbolismo, seja para afirmar o direito de uso público de propriedades ociosas, especulativas. Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal. Alguns movimentos sociais historicamente importantes, como a Comuna de Paris de 1871 ou as greves de Glasgow em 1915 (na origem da política de habitação pública na Grã-Bretanha), começaram como boicotes aos alugueis contra a especulação na área da moradia.³ O controle do espaço simboliza o controle da vida das pessoas.
 3. Construindo uma comunidade livre num espaço simbólico, os movimentos sociais criam um espaço público, um espaço de deliberação que, em última instância, se torna um espaço político, para que assembleias soberanas se realizem e recuperem seus direitos de representação, apropriados por instituições políticas ajustadas às conveniências dos interesses e valores dominantes. Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e

culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora.

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e ao possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação.

De onde vêm os movimentos sociais? E como são formados? Suas raízes estão na injustiça fundamental de todas as sociedades, implacavelmente confrontadas pelas aspirações humanas de justiça. Em cada contexto específico, os usuais cavaleiros do apocalipse da humanidade cavalgam juntos sob uma variedade de formatos ocultos: exploração econômica; pobreza desesperançada; desigualdade injusta; comunidade política antidemocrática; Estados repressivos; judiciário injusto; racismo, xenofobia, negação cultural; censura, brutalidade policial, incitação à guerra; fanatismo religioso (frequentemente contra crenças religiosas alheias); descuido com o planeta azul (nosso único lar); desrespeito à liberdade pessoal, violação da privacidade; gerontocracia; intolerância, sexismo, homofobia e outras atrocidades da extensa galeria de quadros que retratam os monstros que somos nós. Evidentemente, sempre, em todas as instâncias e em todos os contextos, isso representa a dominação pura e simples de homens e mulheres, assim como de seus filhos, como alicerce básico de uma (injusta) ordem social. Assim, os movimentos sociais têm um conjunto de causas estruturais e motivos individuais para se erguer contra uma ou

várias dimensões da dominação social. Mas conhecer suas raízes não responde a questão de seu nascimento. E uma vez que, em minha opinião, os movimentos sociais são a fonte da mudança social, e portanto da constituição da sociedade, essa questão é fundamental. Tão fundamental que bibliotecas inteiras são dedicadas a uma abordagem experimental de sua resposta – e assim, conseqüentemente, não vou tratar dela aqui, já que este livro não pretende ser outro tratado sobre movimentos sociais, mas uma pequena janela para um mundo nascente.

Mas direi isso: os movimentos sociais agora, e provavelmente ao longo da história (o que está além do domínio da minha competência), são constituídos de indivíduos. Digo isso no plural porque, na maior parte do que li das análises desses movimentos em todas as épocas e sociedades, eu encontro poucos indivíduos, às vezes apenas um único herói, acompanhados por uma multidão indiferenciada, chamada classe social, etnia, gênero, nação, fieis ou quaisquer outras denominações coletivas dos subconjuntos da diversidade humana. No entanto, embora agrupar a experiência de vida das pessoas em convenientes categorias analíticas da estrutura social seja um método útil, as práticas reais que permitem que os movimentos sociais surjam e transformem instituições e, em última instância, a própria estrutura social são desenvolvidas por indivíduos, pessoas em seus corpos e mentes. Desse modo, a questão-chave para esse entendimento é quando, como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente aconselhadas a não fazer porque seriam punidas.

Há geralmente um punhado de pessoas, às vezes apenas uma, no início de um movimento. De hábito, os teóricos so-

ciais chamam essas pessoas de agências. Eu as chamo de indivíduos. Então, temos de entender a motivação de cada indivíduo: como esses indivíduos constituem uma rede conectando-se mentalmente com outros indivíduos e por que são capazes de fazê-lo, num processo de comunicação que, em última instância, leva à ação coletiva; como essas redes negociam a diversidade de interesses e valores presente em cada uma delas para se concentrar num conjunto de objetivos comuns; como essas redes se relacionam com a sociedade em geral e com muitos outros indivíduos; e como e por que essa conexão funciona em grande número de casos, estimulando indivíduos a ampliar as redes formadas na resistência à dominação e a se envolver num ataque multimodal a uma ordem injusta.

No plano individual, os movimentos sociais são emocionais. A insurgência não começa com um programa ou estratégia política. Isso pode vir depois, quando surge a liderança, de dentro ou de fora do movimento, para fomentar agendas políticas, ideológicas e pessoais que podem ou não relacionar-se às origens e motivações dos participantes do movimento. Mas o big bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação. Segundo a teoria da inteligência afetiva,⁴ as emoções mais relevantes para a mobilização social e o comportamento político são o medo (um afeto negativo) e o entusiasmo (um afeto positivo).⁵ Afetos positivos e negativos ligam-se a dois sistemas motivacionais básicos resultantes da evolução humana: aproximação e evitação. O sistema de aproximação está ligado ao comportamento voltado para objetivos, que leva o indivíduo a experiências gratificantes. Os indivíduos entusiasmam-se quando são mobilizados para um objetivo que apreciam. É por isso que o entusiasmo está diretamente rela-

cionado a outra emoção positiva: a esperança. A esperança projeta o comportamento no futuro. De vez que uma característica distintiva da mente humana é a capacidade de imaginar o futuro, a esperança é um ingrediente fundamental no apoio à ação com vistas a um objetivo.

Contudo, para que surja o entusiasmo e aflore a esperança, os indivíduos precisam superar a emoção negativa resultante do sistema motivacional de evitação, a ansiedade. A ansiedade é a reação a uma ameaça externa sobre a qual a pessoa ameaçada não tem controle. Assim, a ansiedade leva ao medo e tem sobre a ação um efeito paralisante. A superação da ansiedade no comportamento sociopolítico frequentemente resulta de outra emoção negativa, a raiva. Esta aumenta com a percepção de uma ação injusta e com a identificação do agente por ela responsável. A pesquisa neurológica mostra que a raiva está associada ao comportamento de assunção de riscos. Quando o indivíduo supera o medo, emoções positivas assumem o controle, à medida que o entusiasmo ativa a ação, e a esperança antecipa as recompensas por uma ação arriscada.

Entretanto, para que se forme um movimento social, a ativação emocional dos indivíduos deve conectar-se a outros indivíduos. Isso exige um processo de comunicação de uma experiência individual para outras. Para que o processo de comunicação opere, há duas exigências: a consonância cognitiva entre emissores e receptores da mensagem e um canal de comunicação eficaz. A empatia no processo de comunicação é determinada por experiências semelhantes às que motivaram o acesso emocional inicial. Em termos concretos, se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva

em ação, tão logo superem o medo. E eles superam o medo pela expressão extrema da raiva, sob a forma de indignação, ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam. Essa identificação é mais bem atingida compartilhando-se sentimentos em alguma forma de proximidade criada no processo de comunicação.

Assim, a segunda condição para que as experiências individuais se encadeiem e formem um movimento é a existência de um processo de comunicação que propague os eventos e as emoções a eles associadas. Quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propellido pelo entusiasmo e motivado pela esperança.

Historicamente, os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. Em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história. As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero.⁶

Se a origem dos movimentos sociais deve ser encontrada nas emoções dos indivíduos e em sua constituição de redes

com base na empatia cognitiva, qual o papel de ideias, ideologias e propostas programáticas tradicionalmente consideradas a própria essência de que é feita a mudança social? Elas são de fato substâncias indispensáveis para a passagem da ação impulsionada pela emoção à deliberação e à elaboração de projetos. Sua inserção na prática do movimento é também um processo de comunicação, e o modo como esse processo é construído determina o papel dessas substâncias ideacionais no significado, na evolução e no impacto desse movimento. Quanto mais as ideias são geradas de dentro do movimento, com base na experiência dos participantes, mais representativo, entusiástico e esperançoso será ele, e vice-versa. Ocorre frequentemente que os movimentos se tornem matérias-primas para a experimentação ideológica ou a instrumentação política, ao definir objetivos e representações que pouco têm a ver com sua realidade.

Por vezes até no legado histórico a experiência humana do movimento tende a ser substituída por uma imagem reconstruída para a legitimação de líderes políticos ou a justificação das teorias de seus líderes orgânicos. Um exemplo é o modo como a Comuna de Paris veio a se constituir, em seu processo de reconstrução ideológica, a despeito dos esforços dos historiadores para restaurar sua realidade, uma revolução protoproletária numa cidade que na época tinha poucos trabalhadores industriais entre seus habitantes. O motivo pelo qual uma revolução municipal deflagrada por um boicote aos alugueis e parcialmente liderada por mulheres veio a ser representada equivocadamente relaciona-se à imprecisão das fontes de Karl Marx em seus textos sobre a Comuna, baseados principalmente em sua correspondência com Elizabeth Dmitrieva, presidente da União das Mulheres, *communard* e comprometida com o

socialismo que só via o que ela e seu mentor queriam ver.⁷ A representação equivocada dos movimentos por seus líderes, ideólogos ou cronistas tem de fato consideráveis consequências, já que introduz uma clivagem irreversível entre os atores do movimento e os projetos elaborados em seu nome, muitas sem seu conhecimento ou concordância.

A questão seguinte, no que se refere à compreensão dos movimentos sociais, relaciona-se à avaliação do verdadeiro impacto da ação conjunta dessas redes de indivíduos sobre as instituições da sociedade, assim como sobre si mesmos. Isso vai exigir um diferente conjunto de dados e instrumentos analíticos, já que as características das instituições e das redes de dominação devem ser confrontadas com as características das redes de mudança social. Em resumo, para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma. Além disso, devem acionar a conexão entre diferentes redes de mudança social, por exemplo, entre redes pró-democracia e redes pela justiça econômica, redes voltadas para os direitos das mulheres, a conservação ambiental, a paz, a liberdade e assim por diante. Entender em que condições esses processos ocorrem e quais são os resultados de cada processo específico não pode ser uma questão de teoria formal. Exige que a análise se baseie na observação.

As ferramentas teóricas que propus aqui são simplesmente isso, ferramentas cuja utilidade ou futilidade só pode ser ava-

liada utilizando-as para examinar as práticas dos movimentos sociais em rede que este livro busca analisar. Entretanto, não vou expressar a observação desses movimentos em termos abstratos para ajustá-la à abordagem conceitual aqui apresentada. Em vez disso, minha teoria estará imersa numa observação seletiva desses movimentos a fim de conectar, no fim de minha jornada intelectual, as descobertas mais relevantes deste estudo em um arcabouço analítico. É essa a contribuição que pretendo dar para o entendimento dos movimentos sociais em rede como arautos da mudança social no século XXI.

Uma última palavra sobre a origem e as condições das reflexões que aqui apresento. Tenho sido um participante marginal do movimento dos Indignados de Barcelona, assim como adepto e simpatizante de movimentos em outros países. Mas tenho mantido, como é usual no meu caso, a maior distância possível entre minhas crenças pessoais e minha análise. Sem ter a pretensão de atingir a objetividade, tento apresentar esses movimentos em suas próprias palavras e por suas próprias ações, usando alguma observação direta e um volume considerável de informações: algumas de entrevistas individuais, outras de fontes secundárias, detalhadas nas referências de cada capítulo e nos Apêndices a este livro. Na verdade, estou de pleno acordo com o princípio básico desse movimento sem líderes e de múltiplas faces: só represento a mim mesmo, isto é apenas minha reflexão sobre o que vi, ouvi ou li. Sou um indivíduo fazendo o que aprendi a fazer por toda a minha vida: investigar processos de transformação social, na esperança de que essa pesquisa possa contribuir para a tarefa dos que lutam, correndo grandes riscos, por um mundo em que gostaríamos de viver.

Para além da indignação, a esperança – Vida e morte dos movimentos sociais em rede

“Não é uma crise, é que não amo mais você.”

Faixa na Plaza del Sol ocupada,

Madri, maio de 2011

OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE, cuja experiência você e eu compartilhamos neste livro, vão continuar a lutar, debater, evoluir e, por fim, a se dissolver em suas atuais condições de existência, como aconteceu com todos os movimentos sociais da história. Mesmo no caso improvável de se transformarem num ator político, num partido ou em alguma forma nova de agência, deixarão, por isso mesmo, de existir. Porque a única questão relevante para se avaliar o significado de um movimento social é a produtividade histórica e social de sua prática e seu efeito sobre os participantes como pessoas e sobre a sociedade que ele tentou transformar. Nesse sentido, é muito cedo para avaliar o resultado final desses movimentos, embora já possamos dizer que regimes mudaram, instituições foram desafiadas e a crença no capitalismo financeiro global triunfante foi abalada, de maneira possivelmente irreversível, na mente da maioria das pessoas.

Em última análise, o legado de um movimento social consiste na mudança cultural que ele tenha produzido com sua ação. Como pensamos diferente sobre algumas dimensões fundamentais de nossas vidas pessoais e sociais, as instituições têm de ceder em algum momento. Nada é imutável, embora

as mudanças ao longo da história não sigam um rumo predefinido, porque o suposto senso histórico às vezes não faz sentido. A esse respeito, qual seria o possível legado dos movimentos sociais em rede ainda em processo? A democracia. Uma nova forma de democracia. Uma antiga aspiração jamais concretizada da humanidade.

Em qualquer movimento social há múltiplas expressões de necessidades e desejos. Há momentos de liberação, em que todos esvaziam sua sacola de frustrações e abrem a caixa mágica de seus sonhos. Assim, podemos encontrar toda projeção humana possível nos temas e ações desses movimentos: mais notadamente, a crítica severa de um sistema econômico impiedoso, que alimenta o autômato computadorizado dos mercados financeiros especulativos com a carne humana do sofrimento cotidiano. No entanto, se existe um tema predominante, um grito de pressão, um sonho revolucionário, é o apelo a novas formas de deliberação, representação e tomadas de decisão políticas. Isso porque a governança democrática eficaz é um pré-requisito para a concretização de todos os projetos e demandas. Porque, se os cidadãos não tiverem os meios e formas de se autogovernarem, as políticas mais bem planejadas, os programas mais bem intencionados, as estratégias mais sofisticadas podem ser ineficazes ou perverter-se ao serem implementados. O instrumento determina a função. Só uma comunidade política democrática pode assegurar uma economia que funcione como se as pessoas importassem, assim como uma sociedade a serviço dos valores humanos e da busca de felicidade pessoal.

Repetidas vezes, os movimentos sociais em rede de todo o mundo têm exigido uma nova forma de democracia, não

necessariamente identificando seus procedimentos, mas explorando seus princípios em sua própria prática. Os movimentos, assim como a opinião pública em geral, coincidem em denunciar o escárnio a que são submetidos os ideais democráticos na maior parte do mundo (ver Apêndices). Como não se trata apenas da subjetividade dos atores políticos, frequentemente sinceros e honestos segundo sua mentalidade, deve haver algo errado com “o sistema”, essa obscura entidade que ninguém teve a oportunidade de conhecer pessoalmente, mas cujos efeitos são onipresentes na vida de todos.

E assim, das profundezas do desespero, por toda parte, surgiram um sonho e um projeto: reinventar a democracia, encontrar maneiras que possibilitem aos seres humanos administrar coletivamente suas vidas de acordo com os princípios amplamente compartilhados em suas mentes e geralmente negligenciados em sua experiência diária. Esses movimentos sociais em rede são novos tipos de movimentos democráticos, movimentos que estão reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre localidades e redes da internet, fazendo experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana. Eles reconhecem os princípios que se anunciaram com as revoluções libertárias do Iluminismo, embora distingam a permanente traição desses princípios, a começar pela negação original da cidadania plena para mulheres, minorias e povos colonizados. Eles enfatizam as contradições entre uma democracia baseada no cidadão e uma cidade à venda pelo lance mais alto. Afirmam seu direito de começar tudo de novo. Começar do começo, após chegar ao limite da autodestruição graças a nossas instituições atuais.

Ou assim acreditam os atores desses movimentos, cujas palavras apenas tomei de empréstimo. O legado dos movimentos sociais em rede terá sido afirmar a possibilidade de reaprender a conviver. Na verdadeira democracia.

MANUEL CASTELLS nasceu na Espanha, em 1942, e suas pesquisas abrangem os mais diversos campos, da política econômica às sociologias urbana e da cultura. Professor nas áreas de sociologia, comunicação e planejamento urbano e regional em renomadas instituições, como a Universidade da Califórnia, Berkeley, e a Universidade de Paris, onde lecionou por 12 anos, Castells investiga, há mais de duas décadas, os efeitos da informação sobre a economia, a cultura e a sociedade em geral.



Sua obra virou referência obrigatória na discussão das transformações sociais do final do século XX, tendo conquistado dezenas de doutorados *honoris causa*, a Medalha Erasmos pela Academia Europeia, o Prêmio Kevin Lynch de Design Urbano pelo MIT, e o o Holberg International Memorial Prize 2012.

Entre suas publicações estão a famosa trilogia *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura* (Paz & Terra, 1999) e *A galáxia da internet* (Zahar, 2003). Em setembro de 2013 a Zahar lança *Redes de indignação e esperança*.

www.zahar.com.br